

**ANALISTA ADMINISTRATIVO - CONHECIMENTOS GERAIS
(PRÉ-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o fim da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2510034885M

TIPO DE MATERIAL::

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Câmara dos Deputados
CD

CARGO:

Analista Administrativo - Conhecimentos Gerais

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pré-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

10/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

10/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**Câmara dos Deputados – 1º Simulado –
Analista Legislativo – Conhecimentos Gerais
(comum a todas as áreas temáticas) (Pré-Edital)**

Língua Portuguesa

Lucas Lemos

1

Leia o trecho a seguir:

“A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Quanto à sua tipologia textual, o segmento é do tipo:

- (A) narrativo.
- (B) descritivo.
- (C) injuntivo.
- (D) instrucional.
- (E) informativo.

2

Leia o período a seguir:

O livro, esquecido sobre a mesa, foi encontrado pelo professor.

Assinale a alternativa que indica a função sintática da expressão destacada.

- (A) Adjunto adnominal.
- (B) Sujeito composto.
- (C) Complemento nominal.
- (D) Aposto explicativo.
- (E) Objeto direto.

3

Analise a frase a seguir para responder à questão:

Faz três anos que concluí a faculdade.

Assinale a alternativa que apresenta a substituição correta e equivalente à forma verbal “faz”.

- (A) Existe.
- (B) Ocorreram.
- (C) Passaram-se.
- (D) Acontecem.
- (E) Tem.

4

Sobre o uso correto do sinal indicativo de crase, analise as frases a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) Entreguei o documento à secretária da escola.
- (B) O aluno foi à qualquer biblioteca disponível.
- (C) Os pais obedecem à leis para criar os filhos.
- (D) Estavam dispostos à ajudar no evento.
- (E) A professora referiu-se à meu desempenho.

5

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado possui valor de estado.

- (A) A decisão correta foi tomada após longas discussões.
- (B) O céu permaneceu limpo durante toda a manhã.
- (C) A honestidade é uma virtude necessária.
- (D) O atleta disciplinado conquistou várias medalhas.
- (E) O progresso tecnológico é inevitável na sociedade atual.

6

Assinale a frase em que a colocação pronominal está de acordo com a norma culta.

- (A) Me trouxeram os resultados da pesquisa agora cedo.
- (B) Sempre disseram-nos que a honestidade é essencial.
- (C) Se lembraram do compromisso somente à noite.
- (D) Convidar-me-ão para a cerimônia de abertura.
- (E) O professor explicará-me a questão com clareza.

7

Analise a oração seguinte para responder à questão:

O projeto foi interrompido devido à falta de recursos financeiros.

A estrutura destacada poderá ser substituída corretamente por:

- (A) por faltar recursos financeiros.
- (B) além de faltar recursos financeiros.
- (C) até faltar recursos financeiros.
- (D) a fim de faltar recursos financeiros.
- (E) apesar de faltar recursos financeiros.

8

Observe a frase de Fernando Pessoa:

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena.”

Assinale a alternativa que classifica a oração iniciada pelo vocábulo “quando”.

- (A) Oração subordinada adverbial temporal
- (B) Oração subordinada adjetiva restritiva
- (C) Oração subordinada adverbial causal
- (D) Oração subordinada adverbial final
- (E) Oração subordinada substantiva objetiva direta

9

Observe a frase a seguir:

Ouvi o doce canto do violino ao cair da tarde.

Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem identificada no texto.

- (A) Hipérbole
- (B) Metonímia
- (C) Sinestesia
- (D) Ironia
- (E) Prosopopeia

10

Leia o verso de Camões:

“Amor é fogo que arde sem se ver, é ferida que dói e não se sente.”

Assinale a alternativa que justifica o uso da vírgula no texto.

- (A) A vírgula indica o deslocamento de adjunto adverbial.
- (B) A vírgula separa orações coordenadas assindéticas.
- (C) A vírgula marca a intercalação de uma oração subordinada.
- (D) A vírgula isola expressão explicativa.
- (E) A vírgula enumera termos dentro de um mesmo período simples.

11

Analise a oração abaixo:

Será divulgado pelo jornal o resultado da pesquisa.

Temos um exemplo de voz passiva com o verbo ser. Assinale a alternativa que transforma essa frase corretamente para a voz ativa.

- (A) O resultado da pesquisa será divulgado pelo jornal.
- (B) O jornal divulgará o resultado da pesquisa.
- (C) O jornal tinha divulgado o resultado da pesquisa.
- (D) O jornal divulgaria o resultado da pesquisa.
- (E) O jornal divulga o resultado da pesquisa.

12

Leia a frase a seguir:

Quando o réu falou, a testemunha já partira da sala.

A forma verbal “partira” está conjugada no:

- (A) futuro do pretérito do indicativo, indicando hipótese.
- (B) pretérito perfeito do indicativo, indicando ação concluída.
- (C) pretérito imperfeito do indicativo, indicando ação habitual.
- (D) pretérito mais-que-perfeito do indicativo, indicando ação anterior a outra no passado.
- (E) futuro do presente do indicativo, indicando ação certa.

13

Identifique o adjetivo de relação.

- (A) Criança feliz.
- (B) Festa animada.
- (C) Política educacional.
- (D) Tarefa difícil.
- (E) Jogo emocionante.

14

Identifique as palavras com sentido semelhante.

- (A) arrogância / humildade
- (B) coragem / valentia
- (C) dúvida / certeza
- (D) alegria / tristeza
- (E) generosidade / mesquinhez

15

Observe a frase a seguir:

É necessário que todos participem da reunião.

O vocábulo “que” introduz uma oração:

- (A) coordenada explicativa.
- (B) subordinada adjetiva restritiva.
- (C) subordinada substantiva subjetiva.
- (D) subordinada substantiva objetiva direta.
- (E) subordinada adverbial causal.

Direito Constitucional

Rafael de Oliveira

16

O poder constituinte originário, também chamado de inicial, inaugural, genuíno ou de primeiro grau, é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo com a ordem anterior. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder constituinte originário tem natureza ilimitada e condicionada, pois deve respeitar a Constituição anterior.
- (B) O poder constituinte originário histórico ocorre sempre que uma nova Constituição é promulgada, inclusive após rupturas revolucionárias.
- (C) O poder constituinte originário revolucionário é aquele que cria a primeira Constituição de um Estado, estruturando-o juridicamente pela primeira vez.
- (D) O poder constituinte originário histórico corresponde ao surgimento da primeira Constituição de um Estado, enquanto o revolucionário corresponde às Constituições subsequentes que rompem com a ordem anterior.
- (E) O poder constituinte originário só se manifesta uma única vez na história de um Estado, não havendo novas manifestações após a Constituição inicial.

17

Ao longo da história, o Brasil já teve sete Constituições, cada uma refletindo o momento político, social e econômico do país. Sobre esse processo histórico, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1824 foi a primeira republicana do Brasil, estabelecendo o presidencialismo e a separação de poderes após a Independência.
- (B) A Constituição de 1934 foi outorgada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo e ficou conhecida como “Polaca”, por restringir liberdades e suspender eleições.
- (C) A Constituição de 1946 restabeleceu o regime democrático após o fim do Estado Novo, assegurando amplas liberdades civis e políticas.
- (D) A Constituição de 1967 foi promulgada logo após a Proclamação da República, instituindo a federação e o presidencialismo.
- (E) A Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, foi outorgada durante o regime militar e consolidou a centralização do poder no Executivo.

18

Carlos nasceu na Argentina e se naturalizou brasileiro em 2010. Anos depois, foi condenado em sentença judicial transitada em julgado por ter fraudado documentos durante o processo de naturalização. A União, então, instaurou processo administrativo para declarar a perda de sua nacionalidade brasileira. Inconformado, Carlos alegou que a Constituição veda qualquer forma de perda de nacionalidade após a concessão da naturalização, pois tal direito seria absoluto.

À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Carlos tem razão, pois a naturalização, uma vez concedida, não pode ser cancelada, já que a nacionalidade é direito fundamental absoluto.
- (B) Carlos tem razão, porque a fraude em processo de naturalização não é hipótese de perda da nacionalidade prevista na Constituição.
- (C) Carlos não tem razão, pois a Constituição prevê expressamente a possibilidade de perda da nacionalidade brasileira em caso de cancelamento da naturalização por sentença judicial, quando comprovada fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (D) Carlos não tem razão apenas se a fraude estiver relacionada a crime comum; em qualquer outro caso, sua naturalização não pode ser cancelada.
- (E) Carlos tem razão parcialmente, pois apenas o presidente da República pode cancelar a naturalização por decreto, sem necessidade de sentença judicial.

19

O Partido Alfa, em seu estatuto, previu a possibilidade de formar coligações tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais, alegando que a autonomia partidária, assegurada pela Constituição, permite a livre definição de sua estrutura e funcionamento. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao analisar a norma estatutária, considerou-a inconstitucional.

Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O TSE agiu incorretamente, pois a autonomia partidária é plena e assegura aos partidos a liberdade para formar coligações em quaisquer eleições.
- (B) O TSE agiu incorretamente, já que a vedação a coligações proporcionais só alcança partidos que não possuem representação no Congresso Nacional.
- (C) O TSE agiu corretamente, pois, embora a Constituição assegure autonomia partidária, veda expressamente a celebração de coligações nas eleições proporcionais.
- (D) O TSE agiu corretamente, mas apenas porque os partidos precisam de autorização do Congresso Nacional para formar coligações proporcionais.
- (E) O TSE agiu incorretamente, já que os partidos podem, por estatuto, desconsiderar restrições constitucionais em nome da autonomia política.

20

O Partido Beta, ao prestar contas anuais ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não comprovou a aplicação de recursos do fundo partidário em programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Alegou que, por se tratar de tema de interesse interno, não haveria obrigatoriedade constitucional ou legal de destinar parte de seus recursos a essa finalidade.

Com base na legislação e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O partido está correto, pois a autonomia partidária impede que a lei imponha destinação obrigatória de recursos do fundo partidário.
- (B) O partido está correto, já que a aplicação de recursos para promoção da participação política feminina depende de decisão em convenção nacional.
- (C) O partido está incorreto, pois a lei exige que os partidos apliquem, no mínimo, 5% dos recursos do fundo partidário em programas destinados à participação política das mulheres.
- (D) O partido está correto, pois a exigência de destinação mínima de recursos somente se aplica aos partidos com representação no Congresso Nacional.
- (E) O partido está incorreto, mas a sanção é apenas simbólica, já que não existe previsão legal de consequências pelo descumprimento.

21

A Câmara Municipal do Município de Alfa iniciou processo legislativo para elaborar sua Lei Orgânica. No texto aprovado em primeiro turno, previu-se que:

- a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores teria mandato de quatro anos;
- o pleito municipal seria realizado em data distinta da eleição geral (para presidente, governadores, deputados e senadores), de modo a permitir maior autonomia local;
- a aprovação da Lei Orgânica se daria em votação única, com o voto favorável da maioria absoluta dos vereadores.

Considerando a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a previsão do item 1 está de acordo com a Constituição, pois o mandato de quatro anos para prefeito, vice-prefeito e vereadores é princípio constitucional.
- (B) Apenas a previsão do item 2 está de acordo com a Constituição, pois a autonomia municipal assegura ao município a possibilidade de fixar datas distintas para as eleições.
- (C) As previsões dos itens 1 e 3 estão corretas, pois a Constituição não exige dois turnos nem maioria qualificada para aprovar a Lei Orgânica municipal.
- (D) Apenas a previsão do item 1 está correta, pois a Constituição exige que a Lei Orgânica seja aprovada em dois turnos, com interstício de dez dias, pelo voto de dois terços dos vereadores, além de determinar que as eleições municipais ocorram em pleito direto e simultâneo em todo o País.
- (E) Todas as previsões estão corretas, já que a autonomia municipal permite excepcionar regras constitucionais gerais em matéria eleitoral.

22

O Tribunal de Contas do Estado de Beta, ao analisar a remuneração de servidores públicos estaduais, determinou que parcelas de caráter indenizatório, como auxílio-moradia e auxílio-transporte, deveriam ser computadas para fins do teto constitucional previsto no art. 37, XI, da CF/1988. A decisão foi questionada por associação de servidores, que alegou violação à Constituição Federal. Considerando a redação do §11 do art. 37, dada pela Emenda Constitucional n. 135/2024, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão do Tribunal de Contas foi correta, pois todas as parcelas, ainda que indenizatórias, devem ser somadas à remuneração para efeito do teto.
- (B) A decisão do Tribunal de Contas foi correta, pois apenas gratificações permanentes de caráter indenizatório podem ser excluídas do teto, desde que aprovadas por lei estadual.

- (C) A decisão do Tribunal de Contas foi incorreta, pois não serão computadas para o teto as parcelas de caráter indenizatório expressamente previstas em lei ordinária federal, de caráter nacional, aprovada pelo Congresso Nacional e aplicável a todos os Poderes e órgãos autônomos.
- (D) A decisão está correta, porque a exclusão do teto só se aplica às indenizações pagas aos membros do Poder Legislativo, não alcançando servidores do Executivo e do Judiciário.
- (E) A decisão está incorreta, pois qualquer vantagem, independentemente de natureza, pode ser excluída do teto, desde que prevista em ato normativo do órgão pagador.

23

O município Gama editou lei que instituiu uma gratificação especial para servidores públicos municipais, determinando apenas sua existência, mas deixando ao chefe do Poder Executivo e à Mesa Diretora da Câmara Municipal a competência para fixar, por decreto, os valores atualizados do benefício. Um servidor questionou a norma no Poder Judiciário, alegando inconstitucionalidade por violação ao princípio da reserva legal.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei municipal é constitucional, pois compete privativamente ao chefe do Executivo dispor sobre a remuneração de servidores, podendo fixar valores de gratificação por ato administrativo.
- (B) A lei municipal é inconstitucional, pois a retribuição pecuniária de servidores públicos está sujeita à reserva absoluta de lei, devendo a própria norma legal definir critérios mínimos para o cálculo e a aferição da gratificação.
- (C) A lei municipal é constitucional, desde que o valor fixado por decreto seja inferior ao subsídio do prefeito, de modo a respeitar o teto remuneratório municipal.
- (D) A lei municipal é constitucional, porque a autonomia municipal permite ao Executivo e ao Legislativo locais disciplinar a remuneração dos servidores sem vinculação aos parâmetros da Constituição Federal.
- (E) A lei municipal é inconstitucional apenas se o valor da gratificação ultrapassar o teto constitucional previsto no art. 37, XI, da CF/1988.

24

Após uma série de manifestações violentas e desordens urbanas em uma capital brasileira, o presidente da República decretou estado de defesa em todo o território nacional, sem prévia consulta ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional. O decreto foi contestado por um partido político no Supremo Tribunal Federal, sob alegação de inconstitucionalidade.

À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O decreto é constitucional, pois o presidente da República pode decretar estado de defesa em qualquer extensão territorial, sem necessidade de ouvir previamente os Conselhos.
- (B) O decreto é constitucional apenas porque a situação envolvia grave instabilidade institucional, hipótese autorizadora do estado de defesa.
- (C) O decreto é inconstitucional, pois o estado de defesa só pode ser decretado em locais restritos e determinados, e não em todo o território nacional, além de exigir prévia oitiva dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.
- (D) O decreto é inconstitucional apenas porque não foi submetido ao Congresso Nacional para controle posterior.
- (E) O decreto é constitucional, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 30 dias, independentemente da extensão territorial e da consulta aos Conselhos.

25

A Lei Complementar Estadual n. 202/2000 de Santa Catarina previa, em seu art. 61, I, que os órgãos de controle interno do Estado deveriam organizar e executar auditorias por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando os relatórios ao TCE.

O dispositivo foi questionado no Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que violaria a separação de poderes e a autonomia do controle interno.

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) A norma é constitucional, pois os órgãos de controle interno estão hierarquicamente subordinados ao Tribunal de Contas, devendo cumprir suas determinações para garantir a eficácia da fiscalização.
- (B) A norma é constitucional, já que a relação entre controle interno e externo deve ser de subordinação, assegurando ao Tribunal de Contas poderes de comando sobre as auditorias internas.
- (C) A norma é inconstitucional, pois a Constituição estabelece que a relação entre o controle interno e o controle externo é de colaboração, e não de subordinação, assegurando autonomia funcional aos órgãos de controle interno.

(D) A norma é inconstitucional apenas porque os órgãos de controle interno não podem realizar auditorias por iniciativa própria, mas apenas quando provocados pelo Poder Legislativo.

(E) A norma é constitucional, desde que a determinação do Tribunal de Contas seja validada previamente pelo Chefe do Poder Executivo.

Língua Inglesa

Roberto Witte

How is AI Currently Being Used in Governments?

Governments worldwide are already leveraging AI to improve efficiency and service delivery in various ways:

- **Data Analysis & Decision Support** – AI helps process vast amounts of data to support informed decision-making in areas like healthcare, public safety, and social services.
- **Automation of Routine Tasks** – AI-powered automation reduces administrative burdens by handling repetitive tasks, such as document processing and record-keeping.
- **Cybersecurity & Fraud Detection** – AI strengthens cybersecurity by identifying potential threats and preventing cyber attacks. It also detects fraudulent activities in tax filings, benefits applications, and procurement processes.
- **Public Services & Citizen Engagement** – AI-driven chatbots and virtual assistants enhance citizen interactions by providing real-time responses to inquiries about government services.
- **Law Enforcement & National Security** – AI assists in predictive policing, monitoring threats, and analyzing intelligence data to support law enforcement agencies.

What Does AI Hold for the Future of Government?

As technology evolves, AI's role in government is set to expand significantly. However, it's important to recognize that AI is a tool—rather than a standalone solution—that requires thoughtful management to ensure positive outcomes. There's no “magic switch” that guarantees only benefits without potential challenges when implementing AI in government.

Future possibilities for AI utilization in the public sector include:

- **Smart Infrastructure & City Management** – AI-powered smart cities could enhance transportation, energy efficiency, and urban planning.
- **Personalized Public Services** – AI could tailor services to individual needs, improving healthcare, education, and social services programs.

- **AI-Augmented Workforce** – Rather than replacing humans, AI can augment human roles, enhancing decision-making and productivity.

- **Stronger Regulatory Frameworks** – Governments will need to establish AI governance policies to ensure ethical and responsible use.

By approaching AI with careful planning and governance, we can harness its full potential while mitigating risks. The concepts of digital transformation provide a framework for which government agencies can evaluate AI implementation and usage in a responsible and responsive manner. Technology should be used just because it's available - it should only be utilized if it supports the organization's mission.

<https://www.becker-digital.com/blog/artificial-intelligence-government> (adapted)

26

According to the text, what is a primary application of AI in government related to processing information?

- (A) Developing new social media platforms for citizen engagement.
- (B) Automating the creation of physical infrastructure projects.
- (C) Analyzing large datasets to support decision-making in public services.
- (D) Designing advanced robotic systems for public safety.
- (E) Predicting weather patterns for agricultural planning.

27

Which of the following is an antonym for the word "strengthens" as used in the text regarding cybersecurity?

- (A) Bolsters
- (B) Improves
- (C) Enhances
- (D) Fortifies
- (E) Weakens

28

According to the text, what is one way AI is currently being used to reduce administrative burdens in government?

- (A) By creating new social media accounts for government agencies.
- (B) By handling repetitive tasks like document processing and record-keeping.
- (C) By developing new law enforcement strategies.
- (D) By designing smart city infrastructure.
- (E) By providing real-time responses to citizen inquiries.

29

According to the text, what is suggested as a key aspect for the successful implementation of AI in government?

- (A) Replacing human workers with AI systems entirely.
- (B) Ignoring ethical considerations and focusing solely on efficiency.
- (C) Establishing AI governance policies to ensure responsible use.
- (D) Focusing solely on the development of smart city infrastructure.
- (E) Avoiding any form of human oversight in AI systems.

30

According to the text, what is the role of digital transformation in the context of AI implementation in government?

- (A) To replace all existing government systems with AI-driven solutions.
- (B) To provide a framework for evaluating AI implementation and usage responsibly.
- (C) To limit the use of AI to only cybersecurity applications.
- (D) To solely focus on automating public services.
- (E) To prevent any form of AI implementation.

Raciocínio Lógico

Diego Ribeiro

31

Se: "Se o parecer da comissão for rejeitado, então a proposição será arquivada."

A proposição logicamente equivalente é:

- (A) Se a proposição não for arquivada, então o parecer da comissão não foi rejeitado.
- (B) Se a proposição for arquivada, então o parecer da comissão foi rejeitado.
- (C) Se o parecer da comissão não for rejeitado, então a proposição não será arquivada.
- (D) A proposição só será arquivada se o parecer da comissão não for rejeitado.
- (E) Se a proposição for arquivada, então o parecer da comissão não foi rejeitado.

32

A proposição "Se a emenda foi aceita, então o texto foi modificado ou a emenda foi aceita e o texto não foi modificado" possui a seguinte quantidade de linhas da tabela-verdade com valor lógico falso:

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 3
- (E) 4

33

Julgue o argumento abaixo:

P1: Se a sessão é extraordinária, então a pauta é restrita.

P2: Se a pauta é restrita, não há discursos de liderança.

P3: Houve discursos de liderança.

P4: Se a sessão é extraordinária, há quórum reduzido.

C: “Não houve quórum reduzido”.

(A) Nada se pode concluir.

(B) O argumento é inválido.

(C) O argumento é válido por silogismo hipotético.

(D) O argumento é válido por contraposição.

(E) O argumento é válido por redução ao absurdo.

34

Se o parecer for aprovado, então, caso o Plenário vote, a proposição será promulgada. Essa afirmação é equivalente a:

(A) se o parecer for aprovado, haverá votação ou promulgação.

(B) se o Plenário votar e a proposição for promulgada, o parecer foi aprovado.

(C) se a proposição for promulgada, então houve parecer e votação.

(D) se o parecer for aprovado e o Plenário votar, a proposição será promulgada.

(E) nenhuma das anteriores.

35

A afirmação “se não houve parecer nem destaque, então houve votação” é logicamente equivalente a:

(A) se houve parecer ou destaque, houve votação.

(B) houve parecer, destaque ou votação.

(C) se não houve votação, houve parecer e destaque.

(D) se houve votação, então não houve parecer nem destaque.

(E) nenhuma das anteriores.

36

A menos que haja sessão deliberativa, o sistema de presença não será aberto. Conclui-se que:

(A) se não houver sessão deliberativa, sistema de presença não será aberto.

(B) se o sistema de presença foi aberto, então houve sessão deliberativa.

(C) ou houve sessão deliberativa ou o sistema de presença não será aberto.

(D) se o sistema de presença não foi aberto, não houve sessão deliberativa.

(E) o sistema de presença será aberto mesmo sem sessão deliberativa.

37

Sempre que a ordem do dia foi extensa, a sessão ultrapassou a meia-noite. Conclui-se que, na próxima vez em que a ordem for extensa, a sessão ultrapassará a meia-noite. Esse raciocínio é:

(A) dedutivo.

(B) indutivo.

(C) abdutivo.

(D) analógico.

(E) falacioso.

38

Sobre a atuação dos deputados (x) quanto a emissão de parecer (p) na CCJ:

Premissa 1: $\forall x[CCJ(x) \rightarrow Emitiu(p)]$

Premissa 2: $\exists x[\neg Emitiu(p)]$

Com base nisso, conclui-se que:

(A) há deputado que não participa da CCJ.

(B) todos os deputados que não participam da CCJ não emitem parecer.

(C) todo deputado que emite parecer é membro da CCJ.

(D) há deputado que participa da CCJ mas não emitiu parecer.

(E) nenhuma das anteriores.

39

Na tramitação de um projeto:

- Todo projeto que recebe parecer favorável vai a Plenário, exceto se houver recurso.

- Todo projeto que vai a Plenário pode ser emendado, exceto se for matéria orçamentária.

- Todo projeto emendado retorna à comissão de origem.

- Suponha que um projeto de matéria orçamentária recebeu parecer favorável e houve recurso.

Conclui-se que:

(A) o projeto foi ao Plenário e foi emendado.

(B) o projeto não foi ao Plenário.

(C) o projeto não foi emendado, mas foi ao Plenário.

(D) o projeto não foi emendado.

(E) nenhuma das anteriores.

40

Na análise de projetos:

- O relatório foi lido antes do pedido de vistas.

- A votação ocorreu depois do pedido de vistas.

- O destaque ocorreu depois da votação.

- A leitura do relatório não foi a última etapa.

A última etapa é:

(A) relatório.

(B) vistas.

(C) votação.

(D) destaque.

(E) Não se pode definir.

Informática

Leonardo Vasconcelos

41

No Windows 11, um Analista Legislativo possui na sua **Área de Trabalho** uma pasta denominada **PROJETOS**, que contém o arquivo **Minuta.docx** e uma subpasta chamada **Fontes**. Dentro da pasta **Fontes**, existe o arquivo **Pesquisa.pdf**. Na mesma **Área de Trabalho**, há também uma pasta vazia chamada **“ARQUIVO MORTO”**.

O analista seleciona a subpasta **Fontes** e, mantendo a tecla **Ctrl** pressionada, arrasta-a para cima da pasta **“ARQUIVO MORTO”**. Após essa operação, o conteúdo da pasta **PROJETOS** será

- (A) apenas o arquivo Minuta.docx.
- (B) apenas a subpasta Fontes com seus arquivos.
- (C) uma pasta vazia.
- (D) o arquivo Minuta.docx e a subpasta Fontes com seus arquivos.
- (E) o arquivo Minuta.docx e um atalho para a subpasta Fontes.

42

No sistema operacional Windows 11, existem dois tipos principais de contas de usuário locais: Padrão e Administrador. Um usuário com uma conta do tipo Padrão pode realizar diversas tarefas rotineiras, mas certas ações que afetam o sistema ou outros usuários exigem privilégios de Administrador. Assinale a alternativa que descreve uma ação que um usuário **Padrão** pode executar **sem** a necessidade de permissão de Administrador.

- (A) Instalar um software que será disponibilizado para todos os usuários do computador.
- (B) Alterar a data e a hora do sistema.
- (C) Criar uma nova conta de usuário para outra pessoa.
- (D) Modificar arquivos localizados na pasta C:\Windows\System32.
- (E) Alterar o papel de parede e as cores da sua própria Área de Trabalho.

43

No âmbito do MS Excel 365, considere a seguinte planilha:

	A	B	C	D	E	F
1		10				
2			20			
3				30		
4					30	
5						50

Para construir essa planilha e preencher as células D4 e E5, a partir de uma planilha nova e vazia, foram executadas as seguintes operações:

- digitação do número 10 na célula B1;
- digitação do número 20 na célula C2;
- digitação do número 30 na célula D3;
- digitação de uma fórmula na célula D4;
- seleção da célula D4;
- digitação de Ctrl+C;
- seleção da célula E5;
- digitação de Ctrl+V.

Assinale a fórmula que foi digitada na célula D4 (o quarto passo), sabendo que o valor exibido em D4 é 30 e o valor exibido em E5 é 50.

- (A) =B1+C2
- (B) =C2+D3
- (C) =B1+D3
- (D) =A1+B2
- (E) =C1+D2

44

Um analista legislativo, ao finalizar uma planilha no MS Excel 365 que será distribuída para consulta, decide utilizar o recurso “Proteger Planilha” para impedir alterações acidentais nos dados e fórmulas. No entanto, ele precisa permitir que os usuários realizem algumas ações específicas na planilha, mesmo que ela esteja protegida. Sobre as opções disponíveis na caixa de diálogo “Proteger Planilha”, assinale a alternativa que descreve uma permissão que pode ser concedida a usuários em uma planilha protegida.

- (A) Alterar o nome da guia da planilha.
- (B) Classificar os dados em uma tabela já existente.
- (C) Adicionar novas planilhas à pasta de trabalho.
- (D) Executar macros que alterem o conteúdo de células bloqueadas.
- (E) Remover a senha de proteção da planilha.

45

Um analista legislativo da Câmara dos Deputados precisa redigir um novo parecer (Parecer_Final.docx) compilando vários trechos de textos (considerandos, justificativas, conclusões) que estão dispersos em três outros documentos do Word já abertos (Fonte_A.docx, Fonte_B.docx, Fonte_C.docx). A tarefa consiste em primeiro coletar todos os trechos necessários dos três documentos e, em seguida, inseri-los no documento final.

Assinale a alternativa que descreve o procedimento mais eficiente para realizar essa tarefa no ambiente MS-Windows / MS-Word 365.

- (A) Utilizar o recurso Histórico da Área de Transferência (atalho Win + V), copiando sequencialmente cada trecho desejado dos documentos de origem e, em seguida, no documento de destino, abrir o painel do histórico para colar os itens coletados.
- (B) Copiar e colar cada trecho individualmente, alterando repetidamente entre as janelas dos documentos de origem e o documento de destino para cada trecho a ser transferido.
- (C) Usar a ferramenta Pincel de Formatação para “pintar” cada trecho de origem e, em seguida, aplicá-lo no documento de destino, transferindo assim o conteúdo.
- (D) Empregar o recurso AutoTexto, criando uma entrada para cada um dos trechos e, posteriormente, inserindo-as no documento de destino a partir da galeria de Partes Rápidas.
- (E) Utilizar a função “Recortar” (Ctrl + X) para cada trecho, o que os moverá imediatamente para a Área de Transferência e os removerá dos documentos originais para evitar duplicidade.

46

No Microsoft Word 365, as ferramentas “Comparar” e “Combinar”, disponíveis na guia “Revisão”, são utilizadas para gerenciar diferentes versões de um mesmo documento. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I – A ferramenta *Comparar* é utilizada para analisar duas versões de um documento, exibindo as diferenças entre elas como alterações controladas, sem, contudo, mesclar as edições.
- II – A ferramenta *Combinar* tem como única finalidade criar um documento PDF que exibe as duas versões do arquivo lado a lado para impressão.
- III – Tanto na função *Comparar* quanto na *Combinar*, o resultado da operação pode ser exibido em um novo documento, preservando-se assim os arquivos originais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.

- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

47

Um analista legislativo da Câmara dos Deputados preparou uma apresentação no Microsoft PowerPoint 365 para ser exibida em um telão, utilizando seu notebook. Ao iniciar a apresentação, o PowerPoint ativa automaticamente o “Modo de Exibição do Apresentador” na tela do notebook, que oferece ao analista um conjunto de ferramentas de controle e informações que não são visíveis para o público.

Nesse contexto, considere a lista de itens a seguir.

- I – O painel com as anotações digitadas pelo apresentador para o slide atual.
- II – O nome do arquivo da apresentação e o caminho da pasta onde ele está salvo.
- III – O nome do efeito de animação configurado para o próximo elemento a surgir no slide.
- IV – Uma miniatura do próximo slide que será exibido na sequência.
- V – A quantidade de memória RAM que o PowerPoint está consumindo no momento.

Assinale a opção que indica todos os itens da lista que estão presentes no Modo de Exibição do Apresentador.

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) III e V, apenas.
- (E) IV e V, apenas.

48

Os pilares da Segurança da Informação, como confidencialidade, integridade e disponibilidade, orientam a implementação de controles para proteger os ativos de informação. Em um ambiente crítico como o da Câmara dos Deputados, a disponibilidade dos sistemas e dados é essencial para a continuidade das operações.

Nesse contexto, assinale a estratégia de proteção mais adequada para garantir a disponibilidade.

- (A) Uso de assinaturas digitais para verificar a autoria dos documentos.
- (B) Implementação de criptografia de ponta a ponta para proteger as comunicações.
- (C) Aplicação de *firewalls* para controlar o tráfego de rede e impedir acessos não autorizados.
- (D) Criação de cópias de segurança (*backups*) e implementação de sistemas redundantes.
- (E) Utilização de *software* antivírus para escanear arquivos e remover códigos maliciosos.

49

Um analista legislativo da Câmara dos Deputados está trabalhando na concepção de um sistema de avaliação de desempenho para servidores em programas de capacitação. A base de dados existente registra, para cada servidor, seu tempo de serviço na Casa, a quantidade de cursos de capacitação realizados e o percentual de aproveitamento (nota final) em cada curso. No entanto, o desafio é transformar esses dados brutos em informações úteis para identificar tendências e subsidiar decisões sobre futuros treinamentos.

Para isso, foram consideradas as seguintes estratégias de transformação de dados:

- I – Converter o percentual de aproveitamento em conceitos: “Excelente” ($\geq 90\%$), “Bom” (70%-89%), “Regular” (50%-69%), “Insuficiente” ($< 50\%$).
- II – Criar um novo atributo “Experiência” categorizando o tempo de serviço em “Júnior” (até 5 anos), “Pleno” (6 a 15 anos) e “Sênior” (mais de 15 anos).
- III – Calcular o desvio padrão das notas de aproveitamento de todos os cursos realizados por cada servidor para medir a consistência de seu desempenho.

À luz dos conceitos de transformação de dados e do exposto acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) A estratégia I é uma forma de normalização de dados, pois busca reduzir redundâncias e garantir a integridade dos valores.
- (B) As estratégias II e III representam exclusivamente a criação de atributos categóricos a partir de dados numéricos, o que inviabiliza a detecção de outliers.
- (C) A estratégia III é um exemplo de discretização, convertendo uma métrica contínua em intervalos finitos para simplificar a análise.
- (D) Somente a estratégia II lida com a criação de um novo atributo, enquanto as demais são apenas reajustes de valores existentes.
- (E) As estratégias I e II são exemplos de categorização ou discretização de dados, transformando dados numéricos em atributos qualitativos para facilitar análises e segmentações.

50

A assessoria de análise de dados da Câmara dos Deputados está implementando um programa de Governança da Informação para gerenciar o ciclo de vida dos dados legislativos. O objetivo é tratar a informação como um ativo estratégico. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir sobre os objetivos e componentes de um programa de governança da informação.

- I – O principal objetivo da governança da informação é aumentar o volume de dados coletados, priorizando a quantidade em detrimento da qualidade, para maximizar as possibilidades de análise.

II – Um dos componentes essenciais é a gestão da segurança dos dados, que inclui a definição de políticas de acesso para garantir a confidencialidade e a integridade das informações.

III – O programa deve assegurar a conformidade com regulamentações, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ao lidar com dados pessoais coletados em consultas públicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Administrativo

Maria Júlia e Leonardo Vasconcelos

51

Considere que um servidor é acusado de improbidade administrativa por irregularidades em licitação, responde a ação penal por corrupção passiva e a processo administrativo disciplinar simultaneamente. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) As três responsabilidades não podem coexistir, pois a independência das instâncias é meramente aparente.
- (B) As responsabilidades civil, penal e administrativa podem cumular-se, sendo independentes, salvo na hipótese de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a autoria.
- (C) A absolvição penal sempre extingue a responsabilidade administrativa e civil, independentemente do fundamento.
- (D) Apenas a responsabilidade administrativa pode subsistir isoladamente, pois as instâncias civil e penal são acessórias.
- (E) A responsabilidade civil-administrativa exclui a responsabilidade penal, por força do princípio do *ne bis in idem*.

52

Em uma auditoria, questionou-se se sociedades de economia mista federais devem, por regra, licitar sob a Lei n. 14.133/2021. À luz do art. 1º, assinale a alternativa que apresenta a resposta correta.

- (A) Sim, pois toda a Administração direta e indireta se submete à Lei n. 14.133, inclusive SEM e empresas públicas, sem exceção.
- (B) Sim, mas somente quando desempenharem atividade econômica em regime de competição.
- (C) Não, pois empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias são, em regra, regidas pela Lei n. 13.303/2016, ressalvada hipótese expressa do art. 178 da Lei 14.133.
- (D) Não, pois sociedades de economia mista nunca realizam licitação.
- (E) Sim, pois o art. 1º, II, ao tratar de entidades controladas, abrange necessariamente as SEM.

53

No município Y, pretende-se contratar, sem licitação, show de artista consagrado pela crítica e opinião pública. O empresário apresenta carta de exclusividade apenas para um festival a ocorrer em determinado parque urbano. Assinale a alternativa correta.

- (A) A inexigibilidade é legítima, pois basta que o artista seja consagrado e haja algum documento de exclusividade, ainda que restrito a evento.
- (B) A inexigibilidade é ilegítima: a lei afasta contratação direta por empresário cuja exclusividade seja restrita a evento ou local específico.
- (C) A inexigibilidade é ilegítima, pois a consagração pela opinião pública não é critério legal.
- (D) A inexigibilidade só se legitima se o artista for brasileiro nato e residente no País.
- (E) A inexigibilidade depende de o empresário ter exclusividade no mundo inteiro.

54

A teoria da organização administrativa brasileira estabelece distinções cruciais entre Administração Direta e Administração Indireta. Imagine o seguinte cenário: um Ministério pretende revogar um ato administrativo emanado por uma autarquia federal, sob o fundamento de hierarquia administrativa. Diante do sistema constitucional vigente:

- (A) o ato é válido, pois a autarquia integra a Administração Direta, estando sujeita ao poder hierárquico do Ministério.
- (B) o ato é inválido, porque as autarquias, embora sujeitas à supervisão ministerial, não se submetem a subordinação hierárquica, apenas a tutela administrativa.

- (C) o ato é válido, desde que haja autorização legislativa específica para intervenção hierárquica.
- (D) o ato é inválido, porque as autarquias exercem função jurisdicional, o que lhes assegura independência absoluta.
- (E) o ato é válido, mas somente se for aprovado posteriormente pelo Congresso Nacional.

55

Considere que, em uma estrada concedida, um acidente ocorreu devido à presença de animais soltos na pista. À luz da responsabilidade civil das concessionárias de serviço público, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessionária responde subjetivamente, sendo necessária a prova de culpa na fiscalização da rodovia.
- (B) A concessionária responde objetivamente perante usuários e não usuários, com base na CF/1988 e na jurisprudência do STF.
- (C) O Estado é sempre solidário, podendo a vítima escolher a quem demandar.
- (D) A responsabilidade da concessionária é subsidiária, já que o dever primário de indenizar é do Estado concedente.
- (E) O prazo prescricional é de três anos, nos termos do Código Civil.

56

Um prefeito expede decreto autorizando a construção de um parque em terreno desapropriado. Posteriormente, decide alterar o projeto, destinando a área à construção de hospital público, igualmente voltado ao interesse coletivo. Essa alteração, à luz da teoria dos motivos determinantes e da predestinação legal, deve ser interpretada como:

- (A) hipótese de vício insanável por desvio de finalidade, tornando o ato nulo.
- (B) situação de legalidade, pois a predestinação legal admite a mudança do motivo, desde que preservado o interesse público.
- (C) nulidade absoluta, pois a alteração do motivo descaracteriza a finalidade original e invalida o ato, mesmo diante de interesse público.
- (D) ato revogatório, *ex nunc*, que substitui o motivo original por razões de conveniência.
- (E) caso de convalidação tácita, em que a Administração confirma a validade do ato por novo fundamento.

57

No cenário de uma cidade costeira, a Administração Pública, temendo desabamento de quiosques irregulares, determina a demolição imediata das construções, sem recorrer previamente ao Judiciário. Paralelamente, aplica multa administrativa aos responsáveis, a qual não é paga no prazo estipulado. Diante desse quadro, e à luz da doutrina e jurisprudência:

- (A) Tanto a demolição quanto a cobrança da multa configuram atos autoexecutórios, por prescindirem de ordem judicial.
- (B) A demolição imediata é manifestação da autoexecutoriedade, ao passo que a cobrança da multa depende de execução judicial.
- (C) Ambos os atos dependem de prévia autorização judicial, em respeito ao devido processo legal.
- (D) A demolição representa mera coercibilidade, e a multa possui autoexecutoriedade própria.
- (E) Tanto a multa quanto a demolição são expressões da exigibilidade, sendo desnecessária a atuação judicial em ambos os casos.

58

A Lei de Improbidade Administrativa, após a profunda reformulação promovida pela Lei n. 14.230/2021, instituiu um sistema que não mais se fundamenta em presunções de culpa, mas na exigência de dolo específico. Em um cenário em que uma fundação privada recebe subvenção estatal parcial para financiar programas de inclusão social, descobre-se que seu dirigente utilizou parte dos recursos em benefício pessoal. À luz da nova disciplina normativa:

- (A) a fundação privada não se submete à Lei de Improbidade, pois não integra a Administração Pública indireta.
- (B) a responsabilidade por improbidade recairá apenas sobre agentes públicos, jamais sobre particulares.
- (C) estarão sujeitos à responsabilização os dirigentes privados, na medida em que comprovadamente tenham se beneficiado ou participado dolosamente da conduta ilícita.
- (D) o sistema sancionador exige apenas a demonstração de culpa grave, sendo dispensável o dolo.
- (E) a responsabilidade do sucessor recairá de forma ilimitada, atingindo inclusive o patrimônio pessoal adquirido após a sucessão.

59

Um órgão da administração pública federal, ao analisar um documento contendo informações estratégicas de defesa, concluiu que sua divulgação indiscriminada poderia acarretar grave risco à soberania nacional. Diante disso, o órgão classificou a informação no mais alto grau de sigilo previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011).

De acordo com a referida lei, o prazo máximo de sigilo para essa classificação é de

- (A) 5 anos, para informações classificadas como reservadas.
- (B) 10 anos, não admitindo prorrogação.
- (C) 15 anos, para informações classificadas como secretas.
- (D) prazo indeterminado, a critério da autoridade classificadora.
- (E) 25 anos, para informações classificadas como ultrasecretas.

60

O Hospital X contrata a empresa de tecnologia Nuvem Segura Ltda. para armazenar os prontuários eletrônicos de seus pacientes. O hospital é quem define quais dados dos pacientes serão coletados e a finalidade do tratamento (prestação de serviço de saúde), enquanto a empresa Nuvem Segura Ltda. apenas fornece a infraestrutura de servidores e realiza o processamento dos dados conforme as ordens do hospital.

De acordo com as definições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nesse cenário,

- (A) a empresa Nuvem Segura Ltda. atua como controladora, e os pacientes são os operadores dos dados.
- (B) o Hospital X é o controlador, e a empresa Nuvem Segura Ltda. é a operadora.
- (C) ambos, Hospital X e Nuvem Segura Ltda., são considerados controladores, pois ambos têm acesso aos dados.
- (D) o Hospital X é o operador, pois realiza o tratamento direto dos dados, e a empresa Nuvem Segura Ltda. é a encarregada pela proteção de dados.
- (E) os pacientes são os controladores de seus próprios dados, e o Hospital X atua apenas como operador.



1º Simulado
Câmara dos Deputados
Analista Administrativo - Conhecimentos Gerais (Pré-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

GRANXPERS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais prático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts